

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Agronômica, o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Adriano José Vanderlinde para presidir a Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 2º quadrimestre do ano de dois mil e vinte de forma virtual através do aplicativo Zoom, com transmissão ao vivo pelo Facebook da Câmara, tendo em vista a proibição do aglomerado de pessoas em virtude da pandemia da COVID-19. Dando início aos trabalhos, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Sr. Ivo Testoni declarou aberta a Audiência Pública de Avaliação virtual das Metas Fiscais referente ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte. Em seguida, passou-se a palavra ao contador da Prefeitura Municipal, que agradeceu a presença de todos e deu início a sua explanação utilizando-se de powerpoint, para auxiliar e contribuir com a compreensão da apresentação. Num primeiro momento de sua apresentação reforçou que a audiência pública de Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na LRF, que de uma forma genérica, trata da avaliação das receitas, despesas e dívidas da Administração, conforme previsto no §1º do art. 1º e §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua realização é uma das formas de participação do povo e também é uma das formas da Administração Pública exercer o princípio da transparência, cumprindo com a legislação pertinente. Em seguida, explanou-se sobre as receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde, que totalizaram em R\$ 10.460.063,33, e as despesas próprias com ações e serviços, que totalizaram em R\$ 1.561.221,57. Com esse resultado, houve uma aplicação em saúde de 14,93%, ficando abaixo da porcentagem exigida de 15%. Porém, a exigência legal de 15% no mínimo é anual. Em seguida, foi demonstrado o índice aplicado na educação de 26,87%, em relação aos recursos obtidos através das receitas de impostos e das receitas de transferências legais e constitucionais, que totalizaram R\$ 10.777.826,26, onde o total de despesas foi de R\$ R\$ 2.895.555,48. Então, até o término do segundo quadrimestre do exercício de dois mil e vinte se cumpriu com a exigência legal, que é de no mínimo 25% no exercício. Dando sequência a audiência, o contador da Prefeitura Municipal demonstrou que houve uma aplicação de 103,56% com os recursos destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, em relação aos recursos totais recebidos do FUNDEB, atendendo assim o mínimo que é de 60%. Assim, a receita foi de R\$ 1.493.863,65 e o total das despesas com o FUNDEB para fins de limite foi de R\$ 1.548.606,48. Em seguida, foi apresentado o comportamento das Metas de Arrecadação, sendo que a Receita Prevista foi de R\$ 14.817.462,00 e a Receita Realizada foi de R\$ 16.800.340,89. Uma diferença positiva de R\$ 1.982.878,89. Demonstrou-se em seguida que houve um Superávit Orçamentário Consolidado no valor de R\$ 1.684.919,24 referente a despesas liquidadas e um Superávit Orçamentário Consolidado de R\$ 297.414,56 referente a despesas empenhadas, que se justifica por haver obras em andamento. Em seguida, fez-se a apresentação do comportamento da Receita Corrente Líquida, que contempla o somatório das receitas nos últimos doze meses, totalizando R\$ 21.241.553,89. Esclareceu-se que a Receita Corrente Líquida é tomada por base para se apurar os índices de Gastos com Pessoal. Os Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 2º quadrimestre de dois mil e vinte correspondeu a 46,80%, cumprindo assim com o limite de alerta que é de 48,60%, com o limite Prudencial que é de 51,30% e com o Limite Máximo que é de 54%. O total das despesas com Pessoal do Poder Legislativo correspondeu à 3,37% da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim com todos os limites impostos pela LRF. Os Gastos com Pessoal do Município, onde se consolidam os dois poderes, somaram a importância de R\$ 10.417.564,64, correspondendo a 50,29% da Receita Corrente Líquida, demonstrando assim até o segundo quadrimestre desse exercício o cumprimento do artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que o limite máximo anual de 60% para os Gastos com Pessoal é uma exigência a ser cumprida ao término do exercício. Seguindo a explanação, o Sr. Adriano fez uma demonstração das transferências financeiras realizadas no 2º quadrimestre de dois mil e vinte, onde para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência foi de R\$ 0,00, para o Fundo Municipal de Saúde foi de R\$ 1.611.058,10, para o Fundo Municipal de Assistência Social, foi de R\$ 373.717,32, para o Fundo Ambiental foi de R\$ 0,00, e para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 732.000,00. Demonstrou-se também que os investimentos realizados ao término do 2º quadrimestre foram totalizados em R\$ 2.570.485,81, correspondendo a 32,09% do previsto para o exercício de dois mil e vinte, que é de R\$ 8.009.392,62. Ainda foram demonstrados os valores orçados na LOA para os programas do PPA e alterações orçamentárias para o exercício de dois mil e vinte totalizados na importância de R\$ 29.681.526,15, ficando um saldo ao término do segundo quadrimestre de R\$ 13.178.599,82. E assim, o orçamento foi reduzido na importância de R\$ 16.502.926,33. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada as apresentações das metas fiscais, referentes ao 2º quadrimestre do ano de dois mil e vinte. O Sr. Ivo Testoni declarou por encerrada a audiência pública. Fez-se então o devido registro da ata, a qual foi lavrada e assinada por mim _____ Erenice Wessler, ocupante do cargo de Oficial Nível Médio da Câmara de Vereadores de Agronômica. Os demais assinaram no “Livro de Presença” totalizando 6 pessoas. Agronômica/SC, 28 de setembro de 2020.